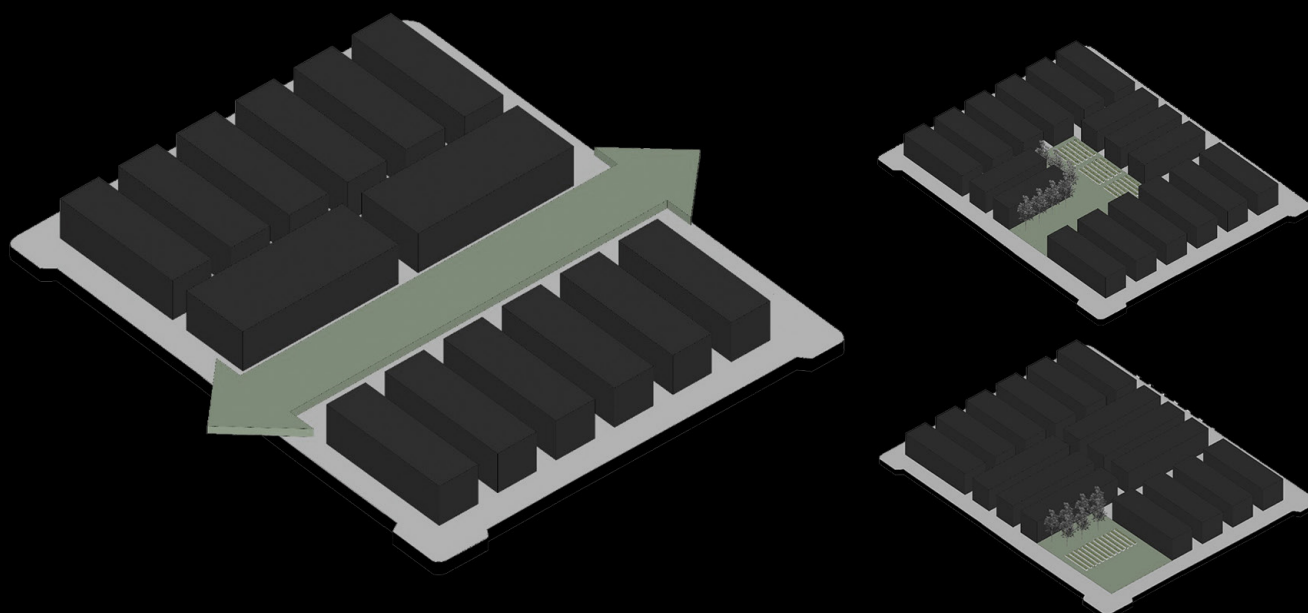


# 05

Hortas comunitárias nos vazios urbanos como estratégia de equalização de centros urbanos sustentáveis e saudáveis



**POR** Com base nos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, entende-se a importância de buscar soluções que ajudem a mitigar os problemas da segurança alimentar que têm se intensificado com a pandemia da COVID-19, através do desenho mais adequado de nossas cidades. Assim, propõe-se a requalificação de centros urbanos como uma medida para o desenvolvimento urbano sustentável, uma vez que impõe o desafio de refazer a cidade existente, reinventando-a, de modo inteligente e inclusivo. Nesse sentido, as hortas urbanas podem ocupar os vazios urbanos e os miolos de quarteirão de centros urbanos consolidados. As hortas urbanas tem sido apontadas como importantes espaços multiuso, não só para produzir alimentos, mas também para disponibilizar espaços de lazer, essenciais para cidades que busquem a sustentabilidade e responsividade às necessidades dos habitantes locais. Concluindo, este artigo pretende fornecer subsídios para projetos de requalificação de centros urbanos, sugerindo a estratégia de inclusão das hortas urbanas em vazios urbanos e miolos de quarteirão ser replicada, considerando todos os seus possíveis benefícios, para melhorar a qualidade de vida nos centros urbanos e contribuir para a produção de cidades sustentáveis e saudáveis.

**ENG** **Community gardens in urban voids as a strategy for requalifying sustainable and healthy urban centers**

Based on the sustainable development objectives of Agenda 2030, it is understood the importance of seeking solutions that help mitigate the problems of food security that have intensified with the pandemic of COVID-19, through the most appropriate design of our cities. Thus, the requalification of urban centers is proposed as a measure for sustainable urban development, since it imposes the challenge of remaking the existing city, reinventing it, in an intelligent and inclusive way. In this sense, urban gardens can occupy urban voids and block quarters of consolidated urban centers. Urban gardens have been identified as important multipurpose spaces, not only to produce food, but also to provide leisure spaces, essential for cities that seek sustainability and responsiveness to the needs of local inhabitants. In conclusion, this article intends to provide subsidies for projects of requalification of urban centers, suggesting the strategy of including urban gardens in urban voids and block brains to be replicated, considering all their possible benefits, to improve the quality of life in urban centers and contribute to the production of sustainable and healthy cities.



**Autoras**

**Dra. Arq. Márcia Azevedo de Lima**

**Arq. Patrícia de Freitas Nerbas**

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul Brasil

**Palavras chave**

Agenda 2030

Desenvolvimento sustentável

Hortas comunitárias

Vazios urbanos

Requalificação de centros urbanos

**Key words**

Agenda 2030

Sustainable development

Community gardens

Urban voids

Requalification of urban centers

---

**Artículo recibido | Artigo recebido:**

31 / 03 / 2021

**Artículo aceptado | Artigo aceito:**

20 / 10 / 2020

---

EMAIL: [malima.mgo@gmail.com](mailto:malima.mgo@gmail.com)

[patriciafnerbas@gmail.com](mailto:patriciafnerbas@gmail.com)

---

ARQUISUR REVISTA

AÑO 11 // N° 19 // JUN 2021–NOV 2021 // PÁG. 82–87

ISSN IMPRESO 1853-2365

ISSN DIGITAL 2250-4206

DOI <https://doi.org/10.14409/ar.v10i18.9609>



## INTRODUÇÃO

Dados recentes da ONU, alertam que a pandemia da COVID-19 representa uma ameaça à segurança alimentar e nutricional, especialmente para as comunidades mais vulneráveis do mundo. Segundo o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, este ano, cerca de 49 milhões de pessoas podem cair na pobreza extrema devido à crise da COVID-19 e o número de pessoas expostas a uma grave insegurança alimentar e nutricional vai crescer rapidamente (ONU, 2020). Baseado nestes dados e considerando os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, especialmente o objetivo 11 - tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, entende-se a importância de buscar soluções que ajudem a mitigar essa escassez de recursos, através de desenho mais adequado para nossas cidades.

Nesse sentido, a requalificação de centros urbanos pode ser vista como uma medida para o desenvolvimento urbano sustentável, uma vez que impõe o desafio de refazer a cidade existente, reinventando-a, de modo inteligente e inclusivo (Leite, 2012). O autor argumenta que reciclar o território é mais inteligente do que o substituir, pois recuperar os centros urbanos consolidados pode potencializar o uso da infraestrutura existente, bem como o sistema de transportes e estoque construído, além de dinamizar o uso da área, reestruturando-a produtivamente e buscando o desenvolvimento sustentado.

Segundo o Ministério das Cidades (2005), as requalificações de centros urbanos tem como eixo principal a melhoria das condições dos espaços públicos e das possibilidades de convivência entre as diferenças. Sobre a melhoria das condições dos espaços públicos, Lynch (1980) afirma que a adequada concepção e correta implantação desses espaços públicos influencia na qualidade das relações de vizinhança e da interação social, pois é nesses espaços que os processos cotidianos se desenvolvem. Em complemento, autores (Gehl, 2015, 2017; Jacobs, 2000) argumentam que a integração e interação social desenvolvida no espaço público pelos diferentes agentes fortalece as relações sociais e o sentimento de pertencimento ao local, o que pode ter implicações positivas para a apropriação e manutenção

dos espaços públicos abertos, afetando positivamente a percepção de segurança e, conseqüentemente, a vitalidade urbana.

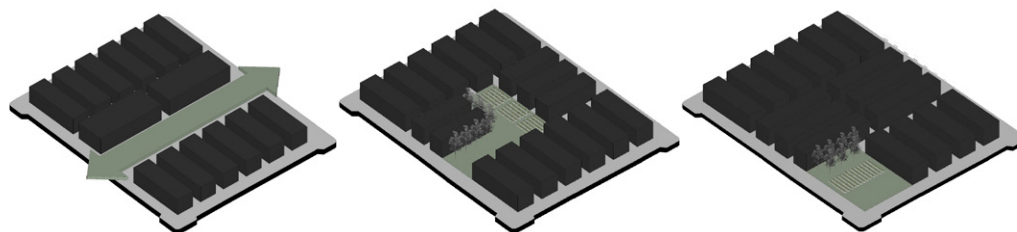
Dessa forma, é possível constatar a importância da qualidade dos espaços públicos para o sucesso dos projetos de requalificação dos centros urbanos consolidados. Entretanto, por se tratar de centros urbanos consolidados, muitas vezes verificamos a carência de espaços públicos abertos, como praças e áreas verdes. Assim, torna-se necessário a busca de alternativas para a carência desses espaços, entre elas, a alternativa de uso e otimização dos vazios urbanos e miolos de quarteirão.

Segundo o Ministério das Cidades (2005), os vazios urbanos consistem em espaços subutilizados inseridos dentro de uma malha urbana consolidada, em uma área caracterizada por grande densidade construtiva. Esses espaços residuais no interior das quadras, e suas possíveis passagens (Figura 1), possuem potencial para articulação entre o espaço público e o espaço privado. Portanto, os vazios urbanos e miolos de quarteirão poderiam ser utilizados como áreas verdes, contribuindo para um desenvolvimento mais sustentável.

## ÁREAS VERDES E HORTAS URBANAS

Dentre as possibilidades de áreas verdes para as cidades, podemos destacar a agricultura urbana, praticada por meio do cultivo de hortas, como um componente essencial para melhorar a qualidade de vida nos centros urbanos (Gonçalves, 2014; Comelli, 2015). Segundo a EMPRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2009), as hortas podem ser classificadas de acordo com sua dimensão, potencial de cultivo e objetivo de exploração: hortas institucionais, comunitárias, domésticas e comerciais, que podem utilizar sistemas de produção convencional e orgânica.

Esse artigo trata das hortas comunitárias, que são mantidas por um grupo de pessoas da comunidade, sendo cultivadas coletivamente ou sob supervisão de um responsável, podendo trazer vantagens para as comunidades, tais como desenvolvimento social, segurança alimentar, recreação e lazer, entre outros aspectos.



**FIGURA 01** | Vazios urbanos com potencial para utilização com áreas verdes. Fonte: autor, 2019.

Dessa forma, as hortas urbanas poderiam ser estratégia para ocupar esses vazios urbanos e miolos de quarteirão (Silva, Silva e Alejandro, 2016), gerando envolvimento da comunidade e vitalidade urbana, uma vez que a gestão das hortas comunitárias depende da participação ativa da comunidade. Estudos recentes realizados em Belo Horizonte/ BH (Araújo e Silva, 2019) indicam que a agricultura urbana tem funcionado como uma forma de revitalização urbana com a promoção de novos usos a áreas degradadas, com o envolvimento e a participação comunitária. Participação que pode levar a uma real apropriação do espaço urbano, essencial para o sucesso de todo espaço público. Araújo e Silva (2019) ainda destacam que a agricultura urbana tem se apresentado como alternativa de ocupação especialmente para idosos.

As hortas urbanas tem sido apontadas na literatura (Comelli, 2015) como importantes espaços multiuso, não só para produzir alimentos, mas também para disponibilizar espaços de lazer, essenciais para cidades que buscam a sustentabilidade e responsividade às necessidades dos habitantes locais. Ainda, Soares (2001) argumenta sobre os benefícios dos espaços de cultivo para a cidade, por exemplo, diminuição das ilhas de calor, melhora da qualidade do ar, reaproveitamento de resíduos orgânicos e águas da chuva, promoção de uma maior biodiversidade, disponibilidade de alimentos seguros e locais, além de oportunidade de geração de renda, organização comunitária e convivência entre moradores e usuários.

Destaca-se que as hortas urbanas podem ser tratadas como infraestrutura verde, que pode ser definida como uma rede de espaços verdes interconectados que

conservam valores naturais de um ecossistema e que provêm benefícios às populações humanas (Coutts; Hahn, 2015 apud Lourenço *et al.*, 2016). Pode ser composta por áreas verdes, praças, hortas comunitárias, entre outros. Os efeitos positivos do contato com áreas verdes foram observados em relação a longevidade, doenças cardiovasculares, obesidade, saúde mental, qualidade do sono, recuperação de doenças, etc. Além disso, as áreas verdes possuem diversos benefícios, entre eles, diminuição de temperatura resultando em uma diminuição das ilhas de calor, aumento do escoamento superficial da água, redução de ruídos, impacto de ventos, incidência solar em pavimentos e construções, entre outros (Lourenço *et al.*, 2016).

Estudos realizados em locais residenciais, demonstraram que quanto maior o tempo gasto visitando áreas verdes, maiores foram os escores de avaliação para saúde mental. O aumento de espaços verdes, próximos ao local de residência, também estão associados a menores riscos de morbidades psiquiátricas e menores níveis de estresse. Ainda, pesquisas apontam que a exposição a áreas verdes estão associadas a melhor integração social e ao fortalecimento de laços sociais entre idosos, além da longevidade, associados a viver em áreas verdes de fácil acesso (Lourenço *et al.*, 2016).

Com base no exposto, este estudo exploratório propõe uma reflexão sobre a utilização dos vazios urbanos e dos miolos de quarteirão com áreas verdes e hortas urbanas comunitárias, considerando todos os seus possíveis benefícios, como uma importante estratégia de requalificação de centros urbanos consolidados, para melhorar a qualidade de vida e contribuir para a produção de cidades mais sustentáveis e saudáveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo trouxe inicialmente uma breve revisão da literatura em relação a requalificação de centros urbanos consolidados, vazios urbanos, áreas verdes e hortas urbanas. Assim, evidenciou a importância da estratégia de hortas urbanas comunitárias na ocupação dos vazios urbanos e miolos de quarteirão de centros urbanos consolidados. Essas hortas podem contribuir para o cumprimento da função social da propriedade através do aproveitamento de espaços ociosos existentes nos centros urbanos consolidados trazendo benefícios ambientais, sociais e econômicos.

Destaca-se que o tema agricultura urbana vem ganhando maior importância no cenário nacional (Portaria 467/2018) e estadual (Lei 15.222/2018), o que indica que os municípios passarão a tratar do tema com mais profundidade. Dessa forma, este estudo sugere que os municípios recebam orientação para regulamentação da agricultura urbana, utilizando os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade. Destaca-se também que podem ser estabelecidos critérios para os terrenos das hortas comunitárias, diretrizes para a estrutura

física e diretrizes de conexão entre as hortas dentro e fora do bairro, bem como previsão de espaços de conscientização e educação ambiental. Estudos anteriores (Michels *et al.*, 2019) apontam a importância da regulamentação da agricultura urbana pelo poder público, tanto nos planos diretores municipais como em regulamentações específicas complementares, para fomentar, incentivar e viabilizar as hortas urbanas.

Concluindo, este artigo pretende fornecer subsídios para projetos de requalificação de centros urbanos consolidados, sugerindo a possibilidade da estratégia de inclusão das hortas urbanas comunitárias em vazios urbanos e miolos de quarteirão ser replicada, considerando todos os seus possíveis benefícios. Dessa forma, buscar contribuir com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, especialmente o objetivo 11 – tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, para melhorar a qualidade de vida nos centros urbanos e contribuir para a produção de cidades mais sustentáveis e saudáveis. ■



---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, J.M.; SILVA, L.B.** (2019). Agricultura urbana e apropriação do espaço em Belo Horizonte, MG. *Anais do 21º Congresso Brasileiro de Arquitetos*. CBA.
- COMELLI, J.P.** (2015). *Agricultura urbana: contribuição para a qualidade ambiental urbana e desenvolvimento sustentável. Estudo de Caso – hortas escolares no município de Feliz/RS*. Dissertação de mestrado. NORIE/UFRGS. Porto Alegre.
- EMBRAPA** (2009). *Hortas: o produtor pergunta, a Embrapa responde*. Embrapa Informação Tecnológica.
- GEHL, J.** (2015). *Cidades para as pessoas*. Perspectivas.
- (2017). *A vida entre edifícios: usando o espaço público*. 1º edição.
- GONÇALVES, R.G.G.** (2014). *Hortas Urbanas – Estudo de Caso de Lisboa*. Dissertação de mestrado. Engenharia. Instituto Superior de agronomia. Universidade de Lisboa.
- JACOBS, J.** (2000). *Morte e vida de grandes cidades*. Martins Fontes.
- LEITE, C.** (2012). *Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano*. Bookman.
- LYNCH, K.** (1980). *A imagem da cidade*. Martins Fontes.
- LOURENÇO, L.F.A.; MOREIRA, T.C.L.; ARANTES, B.L.D.; FILHO, D.F. DA S. e MAUAD, T.** (2016). Metrôpoles, cobertura vegetal, áreas verdes e saúde. *Estudos Avançados*, 30(86).
- MICHELS, G.; UTZIG, A.P.; LIMA, M.; NERBAS, P.** (2019). Agricultura urbana e legislação urbanística nos municípios da RMPA. *Anais do XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Enanpur.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES; ROLNIK, R. e BALBIM, R.** (Coords) (2005). *Reabilitação de centros urbanos*. Brasília.
- ONU** (2020). Pandemia pode ampliar fome e jogar 49 milhões de pessoas na pobreza extrema, alerta ONU. <https://nacoesunidas.org/pandemia-pode-ampliar-fome-e-jogar-49-milhoes-de-pessoas-na-pobreza-extrema-alerta-onu>.
- SILVA, G.J.A. DA; SILVA, S.E.; ALEJANDRO, C.** (2016). Densidade, dispersão e forma urbana. Dimensões e limites da sustentabilidade habitacional. *Arquitextos Vitruvius*, 16(189.07, fev.).
- SOARES, A.C.O.** (2001). A multifuncionalidade da agricultura familiar. *Proposta*, (87), 40-49. FASE.